



HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Cultura e Desenvolvimento: diálogos entre Celso Furtado e Nelson

Werneck Sodré

Culture and Development: dialogues between Celso Furtado and Nelson Werneck Sodré

Ulisses Rubio Urbano da Silva¹

RESUMO: Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado foram dois personagens importantes no debate público brasileiro da segunda metade do século XX. Ambos os autores conviveram em ambientes comuns para as discussões sobre Cultura e Desenvolvimento nos anos 1950. Sodré adentrou ao tema Cultura e Desenvolvimento nesta mesma década. Furtado conferiu maior atenção ao tema a partir dos anos 1970. O diálogo entre os dois autores em temas referentes à economia é evidente quando notamos as citações de textos de Furtado feitas por Nelson Werneck Sodré. Sendo assim, o objetivo deste trabalho construir a hipótese de que este diálogo também ocorreu para o tema Cultura e Desenvolvimento. Para isto, apresentamos questões comuns às análises dos dois autores em torno do tema “cultura e desenvolvimento”, embora cada um tenha se utilizado de categorias analíticas distintas.

Palavras-chave: Furtado, Celso; Sodré, Nelson Werneck; Cultura; Desenvolvimento.

ABSTRACT: Nelson Werneck Sodré and Celso Furtado were two important characters in the Brazilian public debate in the second half of the 20th century. Both authors lived in common environments for discussions on Culture and Development in the 1950s. Sodré entered the theme of Culture and Development in the same decade. Furtado gave greater attention to the topic since the 1970. The dialogue between the two authors on themes related to the economics is evident when we note the quotes from Furtado's texts made by Nelson Werneck Sodré. Therefore, the objective of this work is to build the hypothesis that this dialogue also took place for the topic of Culture and Development. For this, we present issues common to the analyzes of the two authors around the theme “culture and development”, although each one has used different analytical categories.

Keywords: Furtado, Celso; Sodré, Nelson Werneck; Culture; Development.

¹ Professor do Campus de Engenharias e Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, concentração em História Econômica, do Instituto de Economia da UNICAMP. Email: ulisses.silva@ceca.ufal.br



Introdução

A despeito da originalidade da interpretação de Nelson Werneck Sodré e do amplo apoio desta interpretação em teorias marxistas, isto não significou desconsideração do autor por obras de outras matrizes teóricas. Um exemplo disto pode ser visto através das menções e usos feitas por Sodré às análises de Celso Furtado. No livro *Formação Histórica do Brasil* (Sodré, 1962), o autor cita diversas passagens de *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 2007b [1959]), de Celso Furtado. O livro de Sodré foi construído a partir dos cursos que o autor lecionava no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) desde 1956. Provavelmente o autor vinha construindo diálogos com Celso Furtado desde antes da publicação da obra clássica de Furtado. Um indício disso é que o livro *A Economia Brasileira*, de Celso Furtado, publicado em 1954, aparece como uma das referências na edição de 1960 de *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré²(Sodré, 1960). A influência de Furtado nos escritos de Sodré aparece, por exemplo, na interpretação sobre as consequências da Crise de 1929 e das respostas a ela adotadas. Contudo, Sodré destaca a importância de um período de folga da ação imperialista que permitiu ampliar a capitalização. A interpretação de Sodré sobre a ação imperialista no Brasil foi qualificada utilizando a tese de deterioração dos termos de troca³. Por fim, Sodré também identificou as classes internas que ganhavam ao se associarem ao imperialismo. Isto foi realizado através da interpretação de Furtado sobre o uso do câmbio para a socialização das perdas. Foi assim que Sodré identificou uma ligação profunda entre oligarquia fundiária e o imperialismo (Silva, 2018).

Contudo, a utilização do imperialismo como categoria analítica e como periodização histórica confere singularidade à interpretação de Sodré, ainda que o autor tenha se utilizado de algumas ideias de Furtado. Este é um ponto fundamental, uma vez que as análises de Furtado sobre “cultura e desenvolvimento” incorporam a ideia de

2 Há diversas edições de *O que se deve ler para conhecer o Brasil*.

3 Tese primeiramente desenvolvida por Raul Prebisch, no escrito que deu origem ao arcabouço teórico Cepalino. Ver Prebisch (1949). Para análise detalhada do pensamento da CEPAL, ver Rodriguez (2009). Uma coletânea de textos clássicos encontra-se em Bielchowsky (2000).



dependência, mas sem utilizar a categoria imperialismo⁴. Imperialismo e dependência são categorias que dão subsídio para entender a relação entre cultura e desenvolvimento no caso brasileiro nas interpretações de Sodré e de Furtado, respectivamente. Estas categorias são as bases para entender a identificação das classes/grupos dominantes internos com as classes/grupos dominantes internacionais.

Portanto, averiguar os possíveis diálogos entre os dois autores em torno do tema Cultura e Desenvolvimento mostra-se profícuo por três motivos: por constatar que este diálogo existiu em outros pontos; pelos dois autores terem abordado o tema Cultura e Desenvolvimento; e devido ao fato de os dois autores terem aprimorado suas interpretações a partir dos debates existentes nos anos 1950-1960. Aqui apresentamos temas que são comuns às interpretações dos dois autores sobre o tema. Objetivamos, com isto, chamar a atenção para um objeto de pesquisa profícuo e ainda carente de maiores investigações. Para isto, o artigo está dividido em mais quatro tópicos, além desta introdução. No tópico dois, fazemos uma apresentação do quadro geral de discussões sobre Cultura e Desenvolvimentos nos anos 1950, mas restrito ao campo de diálogo dos dois autores aqui mencionados; no tópico três abordamos Cultura e Desenvolvimento em Nelson Werneck Sodré; no tópico seguinte apresentamos Cultura e Desenvolvimento em Celso Furtado; e, finalmente, expomos as conclusões.

Contexto do debate sobre Cultura e Desenvolvimento no Brasil dos anos 1950

O debate sobre o desenvolvimento em meados do século XX no Brasil construiu um rico diálogo com o objeto “cultura”, com mais ou menos intensidade, e de forma mais ou menos explícita. Faremos uma breve reconstituição deste quadro de discussões, procurando apresentar o contexto inicial no qual se inseriam as reflexões dos autores que propomos estudar.

De forma implícita, podemos notar a existência do tema “cultura” no contexto de difusão do debate sobre o desenvolvimento desde o início dos anos 1950. O debate entre Nurkse (2007 [1951]) e Furtado (2007a [1952]) tem implícito a cultura das classes

4 Ver Furtado (1980).



dominantes ou dos povos dos países subdesenvolvidos. Para ambos, o efeito demonstração, a imitação de padrões de consumo dos países ricos, dificultava a formação de poupança necessária aos investimentos. Nurkse atribui isto ao comportamento da população de maneira genérica. Celso Furtado sublinhou a concentração de renda como padrão institucional que permitia aos grupos de rendas mais elevadas imitarem padrões de consumo dos países centrais. O mimetismo, ou modernização dos padrões de consumo, seria tema constante nas obras de Celso Furtado.

No ISEB⁵, o debate sobre a cultura, e sua relação com o desenvolvimento nacional, esteve presente em autores de distintos posicionamentos. Roberto Campos, por exemplo, foi convidado a proferir uma palestra, que foi publicada no *Digesto Econômico* (publicação da Associação Comercial de São Paulo), no volume de abril/maio de 1957. Na palestra, Campos trilhou o mesmo caminho de Nurkse, argumentando que um dos empecilhos ao desenvolvimento na periferia seria o fato de este ser um “desenvolvimento derivado”, cujo impulso viria da tentativa das “massas” copiarem o padrão de consumo dos países centrais. Diria Campos que “As raças mediterrâneas em geral parecem ter um vezo hedonístico a que não escapamos” (Campos, 1963 [1957], p. 112).

Também Roland Corbisier pronunciou duas conferências em 1955 e 1956 que foram reunidas num volume publicado pelo ISEB com o título de *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Neste caso, o tema da “transplantação cultural”, da tentativa de os colonizadores transplantarem para a colônia a cultura de suas terras, molda a discussão

⁵ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi fundado em 1955, ainda no governo Café Filho, e foi fechado em 1964, quando do golpe. Toledo (1977) divide a existência do ISEB em três fases: i) eclética, correspondendo ao início da existência do Instituto; ii) fase na qual a ideologia nacional-desenvolvimentista é hegemônica, correspondendo grosso modo ao período do governo Juscelino Kubitschek; iii) fase de “esquerdização”, que corresponde ao período dos movimentos pelas *reformas de base*. Os únicos membros que permaneceram no ISEB durante as três fases foram Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Apesar das diferenças de posições entre os membros do ISEB, Toledo afirma ser capaz de encontrar algo comum a todos eles: a oposição nação *versus* anti-nação (Toledo, 1998). Ao procurar interpretar o nacionalismo do ISEB em meio a disputa política do pré-1964, Toledo ressalta o fato de o ISEB ter sido constituído baseado na consciência da necessidade de uma contrapartida à Escola Superior de Guerra. Neste sentido, conclui o autor: “Hoje, o ISEB – apesar de seus equívocos teóricos, políticos e ideológicos – deve ser lembrado como uma instituição cultural cujos intelectuais se comprometeram com a defesa de causas progressistas e de caráter democrático” (Toledo, 2005, p. 162-163).



sobre a cultura nacional (Corbisier, 1960 [1955], p. 23). Corbisier distinguia a cultura de uma colônia - de um povo dependente - da cultura de uma nação voltada para si mesma. Para o autor, a colônia, ao ter seus fins determinados para a realização dos objetivos externos, não podia constituir cultura própria, senão ser *locus* de recepção de uma cultura transplantada, ainda que sujeita a adaptações locais. Neste sentido, Corbisier criticava autores, como Gilberto Freyre, que argumentavam haver um caráter nacional “na suposição de que existe um ‘ser’ do Brasil, uma ‘substância’ nacional, dada de uma vez por todas” (Corbisier, 1960 [1956], p. 55). Segundo o autor, a colônia não poderia dar origem a uma cultura própria, uma vez que sua existência estava assente na condição de ser projeto de outro. Somente quando se constituísse em um projeto próprio poderia dar origem a uma cultura própria. Neste sentido, essa origem seria “um ideal que se desenha no futuro, um projeto de existência coletiva, a consciência de um destino comum, de uma tarefa a empreender e realizar na história” (Corbisier, 1960 [1956], p. 74).

Corbisier, ao falar da transplantação, cita um texto de Guerreiro Ramos, *O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociológica no Brasil*, publicado na *Revista Serviço Social* em 1954. Corbisier também cita Nelson Werneck Sodré, *Estudo histórico sociológico da cultura brasileira*, ao argumentar que a inserção como povo colonizado tornava impossível nos “descobrirmos” (Corbisier, 1960[1956], p. 37 e 46). Estas citações oferecem uma ilustração do diálogo entre os membros do ISEB no que se refere ao tema “cultura”

Podemos ainda verificar este diálogo ao acompanhar as publicações de Nelson W. Sodré em artigos de jornais. Este autor fez referência a Guerreiro Ramos em diversas oportunidades. Em dezembro de 1954 Sodré ressaltou a importância dos trabalhos de Guerreiro Ramos para contrariar os argumentos da escola antropológica evolucionista. Posteriormente, Sodré teceu elogios à *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo*, escrita por Guerreiro Ramos, e quando é lançada uma nova publicação da cartilha, com alterações e sob o nome de *Introdução crítica à sociologia brasileira* (Barros, 2012, p. 403, 405 e 482). Sodré comentou ainda a publicação de Roland Corbisier, *Formação e problema da cultura brasileira*, dizendo que “se coloca na linha de orientação isebiana



de caracterização do que é nacional, ou do que, nela, nos é estranho, emprestado, levando a posições alienadas, divorciadas da realidade, figurando meras cópias ou apressadas adaptações de padrões externos”⁶.

A despeito destas citações entre os autores, as suas discordâncias não devem por nós passar despercebidas. Um dos pontos relevantes se refere a como abordar o pensamento de Oliveira Vianna. Roland Corbisier (1960, p. 43-44) refere-se àquele como crítico à transplantação cultural. Também Guerreiro Ramos (1995 [1956], p. 79) afirma que “A obra de Oliveira Viana, na parte que diz respeito à crítica de nossas elites, é, certamente, o máximo de objetividade que, até agora, os estudos sociológicos atingiram entre nós”. Diferentemente destes autores, Nelson Werneck Sodré, em *A ideologia do colonialismo*, dedica o maior capítulo à Oliveira Vianna, acusando-o de pertencer ao grupo que reproduz no Brasil a ideologia colonialista de inferioridade e incapacidade do povo brasileiro⁷.

Sodré também publicou uma síntese de *A ideologia do colonialismo* no periódico da Associa o comercial de São Paulo, *Digesto Econ mico*, em julho/agosto de 1959. Neste mesmo periódico, em maio/junho de 1957, havia sido publicado o texto de Sodré intitulado *Estudo histórico sociológico da cultura brasileira*. O fato de este periódico publicar artigos de Sodré e de Roberto Campos sobre o tema mostra a importância que a “cultura” adquiriu dentro do debate sobre o desenvolvimento   época.

Como dissemos, a “cultura” esteve implícita em Celso Furtado desde os anos 1950. Mas foi somente ao final dos anos 1970 que este objeto ocupou espaço de destaque em sua obra. Rodriguez (2009), que dedicou um capítulo do livro *O estruturalismo latino-americano*   análise de “Cultura e Desenvolvimento em Celso Furtado”, aborda apenas o livro de 1965, *Dialética do desenvolvimento*, no qual havia um capítulo intitulado “O desenvolvimento econômico no processo de mudança cultural”. As demais referências

6 Consulta na hemeroteca digital em 17/03/2020. Link: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/49488>.

7 Cunha (2011) argumenta que Sodré foi influenciado pelas análises de Oliveira Vianna até os anos 1940. Além disso, Sodré também sofreu influências de Pareto, importante intelectual que sustentava a pertinência de governos de elite, e Azevedo Amaral, outro intelectual conservador que apoiou o Estado Novo. Embora nos anos 1950 Sodré já estivesse rompido com estas interpreta es conservadoras, somente a obra de Oliveira Vianna mereceu uma atenta e detalhada análise crítica de Sodré.



utilizadas por Rodriguez (2009) para este tema, são de fins dos anos 1970 em diante. Como argumenta Bosi (2010, p. 235), “A tônica dos últimos ensaios de Celso Furtado recai no valor da criação e, mais precisamente, da criatividade cultural”, período ao qual Bosi chama de “fase madura”.

Assim, apesar de não ter se infiltrado diretamente no debate sobre a cultura durante os anos 1950, podemos ver a posição de Furtado dentro do debate geral sobre o desenvolvimento em um trecho de seus diários intermitentes. Furtado afastou-se de Roberto Campos, qualificando-o como neoliberal, que se tornou adepto da ortodoxia sem se empenhar em criar uma teoria do subdesenvolvimento. Mas Furtado também se afastou de Roland Corbisier ao indicar que este não percebia as limitações do movimento do qual estava envolvido. Furtado ainda criticou o ISEB, e Guerreiro Ramos mais especificamente, ao acusá-lo de dividir-se entre elucubrações literárias e o ativismo, mas sem ter em suas fileiras os técnicos com experiências nos assuntos administrativos para o desenvolvimento (Furtado, 2019 [1959], p. 165-170).

Apresentamos, assim, um quadro geral e sintético das discussões que foram base para Sodr e e Furtado elaborarem suas perspectivas sobre “Cultura e Desenvolvimento”. Adiante, passamos a tratar este tema mais especificamente dentro das obras de cada um dos autores.

Cultura e Desenvolvimento em Nelson Werneck Sodr e

A categoria chave para entender a rela o entre “cultura e desenvolvimento” em Sodr e   *ideologia do colonialismo*. O interesse de Sodr e em analisar as consequências da ideologia do colonialismo para a forma o da cultura nacional apareceu no capítulo dedicado ao tema em *Introdu o   revolu o brasileira*. Contudo foi somente no livro *A ideologia do colonialismo* que Sodr e abordou de forma sistemática a maneira como esta ideologia podia ser identificada em alguns importantes autores brasileiros. Neste livro, Sodr e expõe também sua defini o sobre o termo:

“Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das na es do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua domina o



sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização” (Sodré, 1958, p. 130).

Destacando, o objetivo da ideologia do colonialismo é justificar a dominação realizada pelas potências ocidentais sobre os demais povos através do argumento de que estes tinham características inferiores e, portanto, precisariam ser auxiliados e conduzidos pelos povos esclarecidos.

A penetração da ideologia do colonialismo foi uma das formas de transplantação cultural, a cópia de modelos externos, que é estimulada pela classe dominante local. Com isto, esta classe representa internamente os interesses das metrópoles ou dos países imperialistas. Isto significa que esta classe se identifica com o exterior opondo-se e distanciando-se das classes representativas do povo. Como observa Silva (2006, p. 124)

“O que percebemos na análise de Sodré sobre a ideologia do colonialismo e o modo como se infiltra nos intelectuais, mesmo os de primeira grandeza, é que a distância entre a elite e as camadas populares não diminuiu com a independência, nem posteriormente, com o início do processo de modernização; ao contrário, manteve-se intacta e contribuiu para problematizar a formação de uma identidade nacional”.

Desta maneira a transplantação “configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o nacional eram inteiramente deslocados” (Sodré, 1958, p. 15). Procura-se, por este artifício, argumentar que o povo brasileiro é incapaz de conduzir a si próprio em direção à realização de valores considerados universais: a liberdade e a igualdade. Externamente, o Brasil precisa de ajuda de outros povos, considerados mais civilizados. Internamente, a elite utiliza a palavra povo de forma pejorativa, indicando a grande maioria da população que é considerada inepta para ações cívicas.

A ideia de deformação cultural realizada pela transplantação cultural foi mais bem qualificada por Sodré no livro *Síntese da cultura brasileira*. Neste livro, o autor é



mais cuidadoso ao considerar a ideia de transplantação cultural. Não são todas as ideias vindas de fora do país que são consideradas ideologia do colonialismo. A ideologia do colonialismo se realiza quando as ideias vindas de fora são utilizadas para legitimar a ordem vigente internamente. Neste caso, estas ideias levam à deformação ou mesmo omissão da realidade quando utilizadas para analisar a realidade brasileira. Mas há ideias externas que, por serem comprometidas com a ideia de igualdade universal entre os homens, permitem contestar a ordem vigente e, para tanto, permitem melhor exprimir a realidade do país.

Neste sentido, podemos compreender as três fases estabelecidas pelo autor sobre a formação da cultura nacional:

“1) cultura transplantada anterior ao aparecimento da camada social intermediária, a pequena burguesia; 2) cultura transplantada posterior ao aparecimento da camada intermediária, a pequena burguesia; 3) surgimento e processo de desenvolvimento da cultura nacional, com o alastramento das relações capitalistas” (Sodré, 1976, p. 7).

Na primeira fase, a sociedade encontra-se destituída de uma camada intermediária, entre senhores e escravos. Como consequência da ausência desta classe, que Sodré considerava como classe média ou pequena burguesia, o pouco espaço existente para manifestações culturais toma um significado aristocrático, no qual o ensino é voltado para conhecimentos abstratos, sem preocupação com a realidade ou a sua transformação. Isto implica que a cultura transplantada comunga com a ordem escravocrata.

O início da segunda fase coincide com o auge da mineração, momento a partir do qual surge uma camada intermediária expressiva. A partir deste momento, há uma dicotomia no comportamento intelectual da camada culta. A camada intermediária se interessa pelo conhecimento, mas o conhecimento é adquirido para dois objetivos: a colocação em atividades isentas de trabalho manual; e aplicação prática deste conhecimento em atividades vinculadas à política e à administração do Estado. Desta maneira, ao mesmo tempo em que reforça a segregação social, o interesse pelo conhecimento chama a atenção para a realidade. Devido a esta dicotomia,



XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA
ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA DE EMPRESAS
VARGINHA, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2021



“a pequena burguesia brasileira esposa os conceitos oriundos da revolução burguesa – e que haviam permitido à burguesia alcançar o apoio das classes trabalhadoras – e balança nas perplexidades da impossibilidade de inseri-los na realidade brasileira. A dicotomia vinha da fase colonial, tendo surgido sempre que encontrara oportunidade: na conjuração mineira, na conjuração baiana, na revolução pernambucana de 1817, para acentuar-se, depois da autonomia, ao longo das rebeliões provinciais da época da Regência, prolongando-se aos movimentos de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, e à Revolução Praieira” (Sodré, 1976, p. 40).

Neste sentido, a absorção de ideias externas significou também a possibilidade de melhor análise sobre a realidade brasileira e um interesse em transformá-la, enquanto a condição de existência da classe intermediária, baseada na distinção pelo trabalho intelectual, a impelia para a legitimação da ordem escravocrata.

É somente com a difusão das relações capitalistas na virada do século XIX para o século XX e, sobretudo, a partir da Primeira Grande Guerra, que se abre a perspectiva para o desenvolvimento da cultura nacional. O marco para a terceira fase é o ano de 1922, que “assinala a eclosão do Tenentismo, com a revolta do Forte de Copacabana; do Modernismo, com a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; e da organização do proletariado, com a fundação do Partido Comunista” (Sodré, 1976, p.56). À medida que as condições materiais permitiam que a realidade e, portanto, a cultura nacional fosse valorizada, aumentavam as contradições entre a cultura nacional e a ideologia do colonialismo. Assim, a absorção das ideias vindas de fora deforma a cultura nacional na medida em que precisam dissimular ou omitir a realidade para legitimar a dominação vigente. É neste sentido, e somente neste sentido, que a absorção de ideias vindas de fora é considerada transplantação cultural. E é por isto que a transplantação cultural problematiza a formação da cultura nacional.

A preocupação com a ideologia do colonialismo resulta do fato de esta servir de subsídio para medidas conservadoras e autoritárias. Internamente, considera-se que as decisões políticas devam ser realizadas por uma elite, intelectual, política ou social, uma vez que o povo é considerado irracional e, portanto, incapaz de discernir quais são as políticas a serem implementadas para seu benefício. Como consequência, a História do Brasil é contada como se tratasse de realizações de uma classe dominante solícita.



Externamente, considera-se que não há possibilidade de o país caminhar em direção a um futuro melhor sem o auxílio do domínio estrangeiro (uma das consequências disto é a interpretação sobre a necessidade da poupança externa⁸). Em síntese, a soberania do povo, internamente, e a soberania nacional, externamente, ficam comprometidas.

Sem adentrar em pormenores da interpretação de Sodré sobre a *Formação Histórica do Brasil*, cabe-nos assinalar que um princípio básico desta interpretação era a oposição colônia *versus* nação. Obviamente que um elemento importante para averiguar esta oposição era a economia, pois constituir a economia nacional implicava em desvencilhar o desenvolvimento econômico interno dos desígnios externos, tanto do ponto de vista comercial quanto financeiro. Contudo, não havia em Sodré uma determinação estrutura-superestrutura. Não bastava o desenvolvimento da economia internamente para se alcançar uma sociedade menos heterogênea e mais democrática. Mais ainda, conquistas democráticas que permitissem maior participação popular nos centros de decisões nacionais era elemento importante para se caminhar em direção à constituição da economia nacional e, portanto, ao rompimento com a condição colonial (Silva, 2018). Neste ponto, o combate à ideologia do colonialismo encontra sua maior razão. Aqueles que querem conservar a estrutura social (segregação; heterogeneidade) procuram desvalorizar a cultura popular, como se esta fosse avessa ao comportamento cívico. Portanto, menor segregação e ampliação da democracia, como forças contributivas para a construção da economia nacional, supunha valorizar a cultura popular. A luta pela cultura aparece no centro do processo de construção da nação. Podemos visualizar isto através do índice de um curso ministrado por Sodré no CES (Centro de Estudos Sociais) entre 9 e 23 de outubro de 1963:

dia 9: - 1. O declínio medieval e o mercantilismo

dia 10: - 2. O escravismo açucareiro

dia 14: - 3. A conquista territorial

dia 15: - 4. A mineração

8 Sobre a relação entre ideologia do colonialismo e a poupança externa no pensamento de Roberto de Oliveira Campos, ver Silva (2018).



- dia 16: - 5. O processo da Independência
- dia 17: - 6. Gênese da burguesia brasileira
- dia 18: - 7. A República e a ascensão (*sic*) burguesa
- dia 21: - 8. A Revolução Brasileira
- dia 22: - 9. A Cultura Brasileira
- dia 23: - 10. A luta ideológica⁹

Cultura e Desenvolvimento em Celso Furtado

Cultura e desenvolvimento pensamento de Celso Furtado tem recentemente recebido novos debates e ênfases, como atestam a realização da mesa-redonda organizada pelo Centro Celso Furtado em 2011¹⁰ e os Colóquios Celso Furtado sobre Cultura e Desenvolvimento dos quais resultou o livro *Cultura e Desenvolvimento: reflexões à luz de Celso Furtado* (Bolaño, 2015). Nossa apresentação será realizada tendo como fio condutor três livros de Furtado: *Criatividade e dependência na civilização industrial*; *Cultura e desenvolvimento em época de crise*; e *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. Estas publicações pertencem a um momento distinto da obra mais clássica de Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Elas foram publicadas, respectivamente, em 1978, 1984 e 1980. Podemos considerá-las como publicações que ampararam a atuação do autor no Ministério da Cultura no governo Sarney durante os anos de 1986 a 1988¹¹.

Primeiro, precisamos diferenciar a dupla acepção de desenvolvimento utilizada por Furtado: 1) o “desenvolvimento” na visão hegemônica do quarto de século que se seguiu ao fim da segunda guerra mundial; 2) o que Furtado entendia por desenvolvimento. No primeiro caso, o desenvolvimento é entendido basicamente como

9 Sodré (1963).

10 Celso Furtado: a dimensão Cultural do desenvolvimento. Acesso pelo link http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=650, acessado em 05/05/2020.

11 O Centro Celso Furtado lançou, como título do volume 5 dos “Arquivos Celso Furtado”, *Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura*. Neste volume encontram-se artigos do autor escritos durante sua atuação como ministro da cultura, bem como durante sua atuação na Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU/Unesco (1992-95).



processo de acumulação de capital. A discussão fica restrita à racionalidade de meios: quais seriam os caminhos para aumentar a taxa de poupança, pressuposto da acumulação de capital; quais criatividade técnicas que levariam ao aumento da produtividade¹². No segundo caso, o desenvolvimento consiste numa transformação social ampla, na qual a reorganização da formação social subsidia o progresso técnico em curso, ao mesmo tempo em que este, ao ampliar o excedente, incentiva a criatividade voltada para os fins, isto é, propicia formas de organização social participativa com vistas a resolver os conflitos em torno da distribuição do excedente gerado¹³.

Por fim, faz-se necessário apresentar um aspecto importante para a definição do conceito de subdesenvolvimento: a difusão da civilização industrial. Se o processo de origem da civilização industrial significa, no centro, as transformações sociais amplas, na periferia o acesso à civilização industrial se realiza por sua difusão, gerando modernização dos padrões de consumo sem ser acompanhada por uma transformação social ampla (complexificação do padrão produtivo e valorização da cultura popular no processo de resolução dos conflitos em torno dos fins definidos para o excedente). Portanto, a posição que ocupa um país no plano internacional é de suma importância para a consideração de seu processo de desenvolvimento. O processo de origem da civilização industrial é também o processo de integração de países dependentes a ela, através da via indireta. O entendimento da origem da civilização industrial pressupõe um todo do qual a periferia é parte. A maneira como esta parte se integra no todo confere características específicas em seu processo de desenvolvimento, as quais, conjugadas à estrutura de poder interna, configuram a singularidade do “modelo” de desenvolvimento do país¹⁴.

12 A relação entre poupança e acumulação era comum aos teóricos do desenvolvimento. Ver Agarwala (2010). Contudo, havia claras divergências sobre o modo como alcançar maior poupança.

13 “intenta-se apreender o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão da capacidade criadora” (Furtado, 1980, p. XI).

14 A origem da formação social brasileira, bem como as motivações de “ocupação” do território, como desdobramento das transformações sociais no centro estava inscrita em *Formação Econômica do Brasil*. Foi com *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Furtado, 1965), que a caracterização do subdesenvolvimento periférico foi concebida como peça complementar ao desenvolvimento do centro,



Buscando tornar mais pormenorizada a concepção de desenvolvimento de Furtado, precisamos ainda apresentar resumidamente alguns conceitos utilizados pelo autor. Primeiro, a diferença entre racionalidade substantiva (racionalidade de fins) e racionalidade instrumental (racionalidade de meios), a qual o autor retira de Max Weber (Furtado, 1980, p. IX e X). A racionalidade instrumental pressupõe um fim já estabelecido. Dado este fim, a racionalidade de meios concentra-se em definir qual o melhor caminho para atingir este fim. No caso da visão hegemônica de “desenvolvimento”, como já dissemos, tratava-se de definir o caminho para aumentar a taxa de poupança e, assim, atingir maior acumulação de capital. A racionalidade substantiva, por sua vez, consiste em definir os fins desejados por uma formação social, o que implica inclusive em definir o próprio modo de organização social.

Para Celso Furtado, a criatividade humana volta-se para as duas racionalidades, mas se a primeira (racionalidade de meios) pressupõe e se submete a um quadro cultural dado, a segunda (racionalidade de fins) serve à própria configuração deste quadro cultural. Tanto em *Criatividade e dependência na civilização industrial* quanto em *Pequena introdução ao desenvolvimento*, Furtado ressalta a importância de o agente romper com a racionalidade micro/macroeconômica estabelecida, tendo em vista a possibilidade de interferir nas relações de poder e participar na modificação de seu ambiente (Furtado, 2008 [1978], cap. 1, p. 35-37; Furtado, 1980, p. IX). O autor, então, identifica dois agentes principais: as empresas e as organizações sociais. Estas duas categorias de agentes formam “dois eixos em torno dos quais se estruturam as forças que impulsionam o desenvolvimento das sociedades capitalistas” (Furtado, 2008 [1978], p. 53).

Na primeira concepção de desenvolvimento (enquanto acumulação) encontra-se implícita, também, a ideia de desenvolvimento enquanto ideologia de articulação geopolítica sob a hegemonia estadunidense.¹⁵ Furtado apresenta a ideia de progresso

formando peças de um mesmo sistema. Deste modo, o subdesenvolvimento deixa de ser uma etapa num processo de acumulação de capital e passa a ser condicionado pela posição ocupada no sistema. Obviamente, este aspecto condiciona também a cultura brasileira (Furtado, 1984, p. 17 e 18).

15 Isto encontra-se de maneira mais detalhada em Furtado (1980, p. 20-21).



como alavanca ideológica que permitiu criar um amalgama entre as diferentes classes nos países de industrialização avançada no período de origem da civilização industrial. O vazio criado pela desintegração dos laços de pertencimento comunais, ocorrida na medida em que penetravam as relações de troca mercantis em campos não tocados por elas até então (terra, trabalho e dinheiro), era ocupado pela ideologia do progresso. O sentimento de pertencimento antes derivado da história e das tradições da comunidade, portanto baseado no passado, tornou-se fundado na perspectiva de futuro, de melhora nas condições futuras de existência. Portanto, “a ideia de progresso permitiria traduzir a nova visão do mundo em termos de solidariedade social, de forma a contrabalançar os efeitos das forças desestabilizadoras” (Furtado, 2008[1978], p. 101).

Assim como a ideia de progresso servira como amalgama social no interior dos Estados na origem da civilização industrial, a ideia de desenvolvimento garantiu a solidariedade internacional durante o processo de difusão da civilização industrial. Esta solidariedade, contudo, é construída a partir do pacto de interesses entre as classes dominantes dos diferentes países. Em princípio, quando se inicia o acesso do país dependente à civilização industrial, a solidariedade internacional é construída através da ideia de vantagens comparativas do comércio, cuja consequência era a especialização internacional. Assim, os países dependentes acessavam a civilização industrial mantendo a sua estrutura econômica e social interna (Furtado, 2008[1978]).

A ideia de desenvolvimento encetou um novo momento deste pacto quando, dada as instabilidades do comércio internacional, os grupos dominantes do país dependente diversificaram suas atividades e se habilitaram à industrialização. O desenvolvimento passa a ser visto como uma “performance internacional”, um esforço para parecer-se com nações de industrialização avançada. Esta via de acesso dependente à civilização industrial (via indireta) também requer submeter a criatividade à racionalidade objetiva, cujo fim é a acumulação de capital. Os meios exigidos são o aumento da taxa de poupança interna (inferindo que políticas distributivas seriam desfavoráveis) ou através da atração de “poupança externa”. Internamente, o desenvolvimento pode ser concebido sem alterações na estrutura social. Mais ainda “os conflitos sociais, longe de serem uma fonte



alimentadora da criatividade política” são percebidos como fontes de instabilidade (não é difícil perceber a recusa em aumentos salariais sob o argumento de evitar inflação) (Furtado, 2008[1978]).

Neste sentido, a racionalidade dos meios (poupança), que tem como fim a acumulação, sugere o autoritarismo para “criar as condições requeridas para um rápido transplante das técnicas industriais e, simultaneamente, intensificar a acumulação” (Furtado, 2008 [1978], p. 108). O processo de industrialização dependente é realizado mediante esforço de adaptação sem transformação da ordem social vigente e pressupondo que questionamentos sobre ela traria instabilidade e, portanto, danos à acumulação. Neste processo, a heterogeneidade social (consubstanciada em segregação social) se mantém e se aprofunda, reproduzindo formas sociais instáveis, nas quais o autoritarismo aparece como “arma repressora das forças sociais que a industrialização não consegue canalizar de modo construtivo” (Furtado, 2008 [1978], p. 110). Em síntese, do ponto de vista cultural, a industrialização não somente varre valores culturais próprios ao exigir a racionalidade de meios (do ponto de vista das técnicas necessárias à acumulação), como também repressora a criatividade política: impede-se a criação de soluções originais para problemas específicos de uma sociedade¹⁶.

Vemos, portanto, que Furtado está tratando o desenvolvimento tal como estabelecido por uma ideologia de solidariedade internacional, e que tinha por consequência na periferia uma modernização do padrão do consumo sem alteração da estrutura social. Diferente, portanto, da própria concepção que o autor tem sobre o “desenvolvimento”. Entender a magnitude do que diz Furtado nesta relação entre criatividade, cultura e desenvolvimento, requer esmiuçar a concepção de criatividade enquanto “invenção da cultura”.

Furtado compreende que o desenvolvimento (na segunda concepção, implicando em uma transformação social ampla) é gerado por duas possibilidades abertas pela criação

16 “A ideia de progresso que adotam as minorias privilegiadas e a racionalidade das empresas transnacionais convergem para acelerar a diversificação e sofisticação dos padrões de consumo, em detrimento da satisfação das necessidades essenciais do conjunto da população” (Furtado, 2008[1978], p. 107).



de um excedente inicial. O excedente abre a possibilidade para se pensar além do estritamente necessário à reprodução. Estas possibilidades encontram vazão em novos valores culturais cuja fonte de origem é latente à vida social. Por dar vazão a este ímpeto criativo, a acumulação passa a ser, ela própria, um desejo da formação social. “Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento” (Furtado, 2008 [1978], p. 112).

Na civilização industrial, a racionalidade (de meios) ordena e submete a criatividade à busca de aumento da produtividade, sobretudo produtividade do trabalho, e da diversificação do padrão do consumo. A criatividade humana deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser avaliada quanto à sua colaboração para instrumentos de acumulação sob o pressuposto de que, submetida à racionalidade instrumental, tem maior contribuição para a liberação do homem. Como resultado, a criatividade não cumulativa atrofiou-se. Contudo, o próprio processo de acumulação em simultâneo à sociedade complexa, na qual emergem antagonismos, estimula a conscientização política de grupos e classes. Na medida em que o estabelecimento de relações, e as formas como se estabelecem, entre os indivíduos resultam da criatividade humana, “as formas sociais constituem uma esfera da invenção cultural”. A inventividade agita a vida política, incitando novas criações para dar arranjo aos conflitos e definir fins deliberados pela sociedade. Ou seja, a vida política canaliza a criatividade para fins, a racionalidade subjetiva. Portanto, em sociedades avançadas, o avanço na tecnologia e na diversificação do consumo foi acompanhado também por difusão do regime participativo.

Isto não ocorreu no caso de aderência dependente à civilização industrial (via indireta de acesso à civilização industrial). Neste caso, a assimilação da civilização industrial através da modernização dos padrões de consumo pelas classes dominantes foi acompanhada de manutenção da estrutura social e, portanto, pelo estabelecimento de



limites explícitos à inventividade política¹⁷. Modernização do padrão do consumo sem estimular a criatividade voltada para solução dos problemas específicos da sociedade foi acompanhada de autoritarismo (Furtado, 2008[1978], p. 122).

Concluimos, portanto, que há duplo processo de repressão à criatividade enquanto “invenção da cultura”. Primeiro pelo descaso com as atividades culturais realizadas por aqueles que são colocados à margem do processo de modernização de consumo e que, portanto, canalizam a criatividade para uma atividade fim não mercantil ou não submetida ao rigor avaliativo do mercado. Segundo porque opera uma circuncisão na criatividade política voltada para a solução de conflitos específicos à sociedade. Esta criatividade política perturba a racionalidade do processo de acumulação, o qual, ao ser internalizado na ideologia de desenvolvimento, pressupõe a solidariedade internacional das classes dominantes, solidificando estruturas de dominação internacional e estruturas de dominação internas tradicionais nos países dependentes. Assim, a segregação operada pela racionalidade econômica encontra seu par na segregação cultural desdobrada na desvalorização e repressão à criatividade que não serve à inserção na civilização industrial através da modernização do padrão de consumo¹⁸.

Isto nos remete à discussão sobre o “modelo” brasileiro¹⁹. Furtado escreveu que “o modelo de crescimento seguido em nosso país é estruturalmente concentrador de renda e desarticulador da sociedade” (Furtado, 1984, p. 10). Inferimos disso que o autor está enfatizando o fato de o modelo seguido ter reafirmado, aprofundado e expandido a

17 O sistema de divisão internacional do trabalho permite dissociar os dois processos – sofisticação do consumo e complexificação do sistema produtivo – e canalizar o essencial do excedente retido nas economias periféricas para a diversificação do consumo

18 “O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitia adquirir.(...)O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não europeia e recusando-se valia à sua criatividade artística” (Furtado, 1984, p. 23). Segundo Furtado (1984, cap. 1) isto teria permanecido entre a crise do Barroco e a emergência do movimento endógeno à partir dos anos 1930. Desde esta década, a participação da classe média impediria ignorar as manifestações culturais do povo. Esta é uma posição que também se harmoniza com a visão de Sodré, segundo a qual a classe média teria importante participação para o movimento nacionalista, sobretudo quanto considera que o embrião de seus valores esteve no movimento tenentista.

19 O “modelo” foi analisado por Furtado, primeiramente durante o período de regozijo do “milagre”, no livro *Análise do “modelo” brasileiro*. Na mesma época, Sodré escreveu *Brasil: radiografia de um modelo*.



heterogeneidade social. Ou, dito de outra maneira, mantém a estrutura social cuja característica saliente é a segregação. A contrapartida, como já vimos, é o afastamento das classes dominantes em relação à cultura popular: a não identificação com o povo. Convém, portanto, explanarmos sobre algumas características deste modelo, segundo Furtado.

O ponto central aqui é o excedente. Uma vez que superar a racionalidade econômica e inserir o elemento político como fator inescapável para explicar as desigualdades econômico-sociais “requer conhecimento das estruturas de poder, da gênese histórica destas e da forma de inserção internacional da economia” (Furtado, 1984, p. 12) e que “a teoria do excedente liga-se à teoria da estratificação social e, por intermédio desta, ao estudo das formas de dominação que engendram as desigualdades na repartição do produto social, ou definem as opções a tomar na utilização do excedente” (Furtado, 1980, p. 47-48).

A acumulação aplicada ao aprimoramento das técnicas de produção pressupõe um excedente gerado. Contudo, a geração de excedente não necessariamente será destinada ao progresso técnico. Pode-se pressupor que o excedente seja gerado pela elevação da produtividade do trabalho ocasionada a partir da divisão do trabalho. Mas, aumento da produtividade do trabalho não é suficiente para assegurar a existência de excedente. Isto porque o uso do produto social é concebido historicamente. Consequentemente, o aumento da produtividade pode simplesmente ser revertido a novos usos. Portanto, para que o aumento da produtividade do trabalho se converta em excedente, permitindo que seja aplicado ao aprimoramento das técnicas, é preciso limitar o padrão de consumo de parcela da população

Esta limitação do padrão de consumo é sustentada pelo sistema de dominação social, engendrando estratificação. Assim, a “luta pela apropriação do excedente é, em sua origem, um esforço de implantação de certo sistema de dominação social e, em seguida, um empenho para preservar o controle das instituições que asseguram a estabilidade da estrutura social” (Furtado, 1980, p. 66). Considerando que o subdesenvolvimento possa ser caracterizado por uma “disparidade entre o dinamismo da



demanda e o atraso na acumulação reprodutiva”, o sistema de dominação que define o destino do excedente numa economia subdesenvolvida tem aspectos externos e internos.

A inserção no sistema de divisão internacional do trabalho permitiu a separação entre modernização do consumo e modernização das técnicas produtivas. A modernização através da penetração dos padrões de consumo do centro é responsável pelo dinamismo da demanda, mas também engendra a lentidão no movimento endógeno do progresso técnico. Internamente, a possibilidade de heterogeneidade nos padrões de consumo permite a ampliação do excedente. Isto ocorre porque a maior parcela da sociedade tem seu salário base definido pelas condições marginais de trabalho no campo e na cidade, sem alterações significativas na cesta de bens, configurando estabilidade no custo do trabalho. O excedente gerado pela possibilidade de limitação do consumo desta maior parcela da população é canalizado para a diversificação do consumo das classes beneficiadas pela estrutura de dominação. Resume Furtado que a dinâmica da economia periférica “está, portanto, intimamente ligada à canalização de uma parte do excedente para financiar o aumento dos dispêndios de uma minoria cujos padrões de consumo se distanciam cada vez mais dos da massa da população” (Furtado, 1980, p. 92).

A extração do excedente internamente se coaduna com a inserção na divisão internacional do trabalho tendo como pilar a dominação social interna a partir da organização agrícola. Por um lado, a organização da agricultura é responsável pelos recursos, tanto em termos de moeda nacional²⁰ como em termos de divisa internacional, necessários ao financiamento para a modernização dos padrões de consumo. Por outro lado, a extração do excedente agrícola, tendo por origem a via autoritária, condiciona o consumo da maior parcela da população, restringindo o aumento do salário básico pago na agricultura e, portanto, definindo a possibilidade de o excedente ser canalizado para a modernização dos padrões de consumo das classes beneficiadas pela estrutura de dominação. O excedente, portanto, não se reverte, necessariamente, em acumulação de capital.

20 Transferência de renda da agricultura para a indústria durante o processo de industrialização.



Portanto, o processo de desenvolvimento do Brasil ocorreu dando ênfase à primeira concepção, que prima pela racionalidade de meios, ou seja, a formação de taxa de poupança suficiente para ampliar a acumulação de capital. Acontece que esta possibilidade de aumento da taxa de poupança se relaciona a uma estrutura de dominação interna que limita o consumo da parcela de menor renda e canaliza o excedente para os grupos dominantes, reproduzindo a heterogeneidade social numa sociedade que se integra à civilização industrial de maneira dependente. Os grupos dominantes, por sua vez, usam o excedente para emularem padrões de consumo dos países avançados, limitando a possibilidade de formação de poupança. Do ponto de vista cultural, a criatividade de fins é contida uma vez que invenções políticas que propõem alteração nesta ordem social são reprimidas; com relação aos meios, a criatividade que não se atrela ao aumento da produtividade e acumulação também fica subjugada.

Conclusões

A análise aqui realizada sobre como Celso Furtado e Nelson Wenck Sodré trataram o tema “cultura e desenvolvimento” permitiu-nos explorar como os dois autores consideraram a contenda no campo da cultura como fundamental para superar a formação social brasileira caracterizada por privilégios e desigualdades. Neste sentido, os dois autores se colocaram no mesmo lado, construindo, cada qual através de argumentos próprios, análise que denunciava, nos argumentos conservadores, a necessidade de menosprezo da cultura popular para a manutenção ordem social heterogênea e segregada.

Sodré construiu seu argumento a partir da categoria “ideologia do colonialismo”, a qual consiste num conjunto de ideias utilizado para justificar a dominação (seja pela posse territorial ou pela supremacia econômica). Cunhada a partir de teorias externas à realidade brasileira, a ideologia do colonialismo é, internamente, estimulada pela classe dominante local. Desta maneira, a classe dominante interna se liga aos dominantes externos, com os quais se identifica, e se afasta do povo (da realidade social brasileira, daquilo que Sodré considera ser o nacional). A cultura popular fica sendo considerada, pela classe dominante, como distante de seus desejos cotidianos, de seu espaço de convívio. Fica, assim, no campo da cultura, solidificada e justificada a ordem social



brasileira, avessa a transformações que implique em perdas de privilégios da classe dominante. Daí o caráter conservador da ideologia do colonialismo.

Celso Furtado parte da conceituação de desenvolvimento. Apresentando como a ideia de desenvolvimento era utilizada para justificar a articulação geopolítica internacional na qual a periferia, subdesenvolvida, aparecia como parte integrante necessária, Furtado ressalta o conceito de desenvolvimento enquanto acumulação de capital. Contudo, para o autor, a acumulação, ao produzir excedente, também possibilita a criação de novos valores sociais. Esta criatividade motivada pela existência do excedente possibilita a construção de soluções republicanas aos conflitos sociais, na medida em que grupos sociais distintos têm visões divergentes sobre quais devem ser o destino do excedente, podendo, inclusive, alterar a formação social em questão. No caso do Brasil isto não teria ocorrido porque o pensamento conservador restringiu a ideia de desenvolvimento à ideia de acumulação de capital. E quaisquer discussão ou disputa política em torno do excedente eram vistas pelos conservados como ameaça à ordem, ao desenvolvimento que justificava inserção subordinada na arena internacional, mas que permitia à elite nacional emular padrões de consumo dos países centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWALA, Amar N. (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Coorganização de Sampt Pal Singh. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

BARROS, Luitgarde O. C. et all. *Arquivo Nelson Werneck Sodré: catálogo da obra*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. IN BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOLAÑO, César R. S. (org.) *Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2015.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.



CAMPOS, Roberto. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1963.

CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

CUNHA, Paulo R. da *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro, Renavan, 2ª Ed., 2011.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. IN *Cadernos do Desenvolvimento*, ano I, nº 1, junho/2007a.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Brasil-Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo, Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982.

NURKSE, Ragnar. Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos. IN *Cadernos do Desenvolvimento*, ano I, nº 1, junho/2007.

PREBISCH, Raúl (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. IN BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2009.



XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA
ECONÔMICA & 15ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA DE EMPRESAS
VARGINHA, 15 A 17 DE NOVEMBRO DE 2021



SILVA, Ligia. M. O. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. IN CUNHA, P. R. da; CABRAL, F. (orgs.) *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SILVA, Ulisses R. U. da. *A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré*. Campinas: Tese de doutorado IE/UNICAMP, 2018.

SODRÉ, Nelson W. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1958.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: CBPE: INEP, 1960

SODRÉ, Nelson W. *Civilização brasileira: uma interpretação marxista* (palestras). São Paulo: Centro de Estudos Sociais, 1963.

SODRÉ, Nelson W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson W. *Síntese de história da cultura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1976. 136p. (Retratos do Brasil, v.78).

TOLEDO, C. N. de. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. IN MORAES, J. Q. M. *História do Marxismo no Brasil*, vol III: teoria e interpretações. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

TOLEDO, C. N. de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. IN TOLEDO, C. N. de (org.) *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

TOLEDO, C. N. de *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.